

JUVENTUDES CAMPONESAS: PERCEPÇÕES SOBRE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA COMUNIDADE TRADICIONAL ZÉ ALVES E DO QUILOMBO LARANJAL NO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MATO GROSSO

BERTONCELLO, Jucieli
JABER-SILVA, Michelle Tatiane
SILVA, Regina Aparecida da

Resumo: Os conflitos socioambientais são decorrentes das disputas desiguais entre grupos sociais vulneráveis que têm sua cultura, identidade e território ameaçado por grupos dominantes, especialmente do agronegócio, que transformam os bens naturais em recursos para atender a lógica economicista, pautadas no produtivismo e consumismo. O objetivo desta pesquisa foi identificar as percepções das juventudes camponesas sobre os conflitos socioambientais existentes na comunidade tradicional Nossa Senhora de Lurdes (conhecida como Zé Alves) e na comunidade remanescente de Quilombo Laranjal, ambas localizadas no município de Poconé-Mato Grosso. A proposição investigativa apoiou-se no método qualitativo, tendo como táticas metodológicas o Mapa Social que buscou evidenciar os grupos invisibilizados e as injustiças socioambientais que se transformam em conflitos à medida que a resistência e mobilização vão se instaurando nos territórios.

Palavras-chave: Juventudes Camponesas. Comunidades do campo. Conflitos Socioambientais.

Introdução

Ao enveredarmos pelos caminhos desta pesquisa, buscamos compreender as percepções das juventudes da comunidade Zé Alves e Laranjal em relação aos conflitos socioambientais. Os conflitos socioambientais tendem a se intensificar em virtude dos grandes projetos capitalista de desenvolvimento que transformam os bens naturais em recursos. Assim, “os conflitos expressam, dessa forma, a resistência das classes populares à tentativa das classes dirigentes em exercer o monopólio da historicidade, com a imposição de seu modo de agir sobre a organização social, sobre suas práticas sociais e culturais” (VIÉGAS, 2009, p. 148).

Os conflitos tornaram-se visíveis a partir do momento que os despossuídos passaram a reclamar os seus direitos, como maior acesso aos bens naturais como água, terra fértil, ar, entre outros (ACSERALD, 2004). Conflitos podem emergir “[...] como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (LITTLE, 2001, p. 107) e “[...] em função dos impactos socioambientais gerados

pela ação humana, tais como desmatamento, queimadas, contaminação dos rios e do ar ou construção de grandes empreendimentos” (JABER-SILVA, 2012, p. 40).

Nas considerações de Little (2001, p. 109), “[...] conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre as terras que contêm tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência”. As juventudes imbricadas nesse contexto, vivem e sentem juntamente com seus familiares as pressões e superexplorações ocasionadas pela intensificação dos avanços das monoculturas sobre o território.

Nesses espaços as juventudes enfrentam as transformações trazidas pela lógica de acumulação do capital no campo, pelo modelo agrícola representado pelo agronegócio que expulsa populações tradicionais de seus territórios de origem, esse modelo depende de grandes extensões de terra para a implementação das monoculturas de exportação, transformando os alimentos em commodities, utilizando estratégias de superexploração dos camponeses, entre eles os jovens (MOLINA, 2015).

Escolhas Metodológicas

A metodologia é entendida como o fio condutor da pesquisa, é a explicação detalhada de todas as ações a serem desenvolvidas, ou seja, os instrumentos, as técnicas, o tempo previsto, a equipe de pesquisadores/as, o tratamento dos dados que compõem os resultados, enfim é o momento de apresentar detalhadamente todo caminho percorrido. Em relação ao fazer pesquisa, Brandão (2003, p. 10) afirma que existem algumas diferenças sobre “[...] como se pensa o fazer pesquisa científica e como se faz a pesquisa científica que se pensa”. Deve haver outra bastante próxima entre “como se faz uma pesquisa e como nós vivemos a pesquisa que fazemos”. Compreendemos que não existe um manual a seguir acerca do processo investigativo durante a pesquisa, mas a escolha do método e da metodologia são fatores determinantes para se chegar ao que foi proposto.

Na concepção de Minayo (2009), a metodologia é o caminho do pensamento, ou seja, a prática exercida sobre uma determinada realidade, a ela é incluída a teoria da abordagem (o método), os instrumentos da pesquisa (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade e sua sensibilidade). Portanto, a metodologia “[...] é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria,

com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (ibidem, p.15). A realidade deste contexto pesquisado carrega as marcas da violência, da violação de direitos, de injustiças sociais e ambientais e de inúmeros conflitos socioambientais silenciados. Assim, utilizamos nesta pesquisa o método qualitativo acompanhado da metodologia denominada Mapa Social (SILVA, 2011).

O método qualitativo trabalha com um universo muito particular de aspirações, crenças, valores e atitudes, aprofunda-se no mundo das significações, das ações humanas, respondendo a questões muito particulares das relações sociais estabelecidas em sociedade que não pode ser quantificada (Minayo, 2009). Esse conjunto de fenômenos é entendido “[...] como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (ibidem, p. 21).

Esse método faz com que o/a pesquisador/a tenha uma melhor compreensão do sujeito estudado, permitindo a participação em todo o processo, ou seja, é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto da pesquisa. Possibilitando ainda uma relação de proximidade entre pesquisador e pesquisados, os pesquisados estão livres para dialogar com o pesquisador sobre os assuntos relacionados com o objeto de estudo, além disso, as respostas são subjetivas já que o propósito não é a representatividade numérica, mas compreender um determinado grupo social. Ao contrário do que muitos pensam, o envolvimento entre o/a pesquisador/a e pesquisados/as é de fundamental importância. Para Moreira (2017, p. 65-66), os participantes da pesquisa “[...] são parceiros/as com quem estabelecemos uma relação de horizontalidade, quebrando a lógica hierárquica da ciência moderna de sujeito (pesquisador/a) e objeto (pesquisado)”.

A metodologia Mapa Social tem como objetivo dar visibilidade aos diferentes grupos sociais de Mato Grosso, baseia-se na autodenominação e as narrativas dos próprios sujeitos pesquisados (Silva, 2011; Jaber-Silva, 2012). Os mapas criados na perspectiva dos movimentos sociais, das populações tradicionais, das comunidades impactadas pelos projetos desenvolvimentistas torna-se um mecanismo de luta e resistência, também servem para tornar visível os conflitos e injustiças socioambientais provenientes desses projetos econômicos e políticos governamentais que discrimina, impacta e coloca em situações de vulnerabilidade as populações que vivem nos territórios (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013).

Essas situações de negar o outro remetem a pensar que a sociedade de hoje que exclui, que separa, que segrega os considerados e vistos como diferentes, ou seja, os indígenas, os quilombolas, os pequenos/as agricultores/as, os ribeirinhos, os povos tradicionais, os assentados, entre tantos outros grupos, são resultado da sociedade do ontem que ocupou os ditos espaços vazios, desconsiderando todas as formas de vida presente nos territórios.

Assim, buscando responder aos objetivos propostos nesta pesquisa, três momentos distintos que se complementam foram realizados. Primeiro, foi realizado o I Mapeamento Social do Cerrado do Pantanal seguido das leituras teóricas; o segundo momento mais introspectivo, foram realizadas as entrevistas com um roteiro de perguntas semiestruturadas com 12 jovens, sendo 6 da comunidade Zé Alves e 6 da comunidade Laranjal, além das entrevistas com moradores/as antigos/as para compreender o contexto histórico das comunidades, posteriormente no terceiro momento realizamos o II Mapeamento Social do Cerrado do Pantanal.

Juventudes Camponesas: Percepções Sobre Os Conflitos Socioambientais

Durante o I e II Mapeamento Social das Comunidades do Cerrado do Pantanal foi anunciado por meio das narrativas dos/as moradores/as das comunidades participantes que as disputas por terra, desmatamentos, garimpo de ouro, disputa por água, agrotóxicos e as queimadas representa as principais causas dos conflitos socioambientais.

Compreendemos que conflitos socioambientais existentes nessas comunidades serão cada vez mais frequentes, pois a humanidade adotou um estilo de vida baseado no produtivismo e consumismo, que exigem explorações dos bens naturais por meio dos desflorestamentos. Para Jaber-Silva (2012, p. 154), os desmatamentos provocam impactos relacionados “[...] a perda da biodiversidade, a exposição do solo, o assoreamento dos rios, a redução do regime de chuvas, comprometem os importantes ciclos naturais e alteram as funções ambientais e os serviços ecossistêmicos”. Em relação aos desmatamentos as juventudes narram que:

[...] está acontecendo desmatamento, o fazendeiro que comprou o sítio acabou desmatando tudo [...] (Creuza Cardoso de Oliveira - Zé Alves).

Aqui tinha bem mais mato, vão desmatando, vão plantando capim, não foi só o fazendeiro, os sítios que não é fazenda também (Nilce de Souza Magalhães – Laranjal).

[...] desmatamento só quem quer ampliar alguma lavoura [...] de cinco em cinco anos. Aqui mesmo uma área onde a gente trabalha foi desmatado em 2005 até hoje produzindo (Elio Martins - Zé Alves).

[...] os fazendeiros desmatam, mas por causa da lei não estão desmatando muito. Antigamente era tudo mato, o fazendeiro foi desmatando (Valdir Rocha - Laranjal).

Nesta região os desflorestamentos são realizados tanto pelos donos dos latifúndios de pecuária e monocultura que transformam bens naturais em recursos para atender aos interesses economicistas, em uma escala muitíssima menor pelos agricultores camponeses que realizam a agricultura de subsistência e comercialização. Essas práticas contribuem com perdas significativas da biodiversidade, esgotamento dos solos, diminuição e alteração dos regimes de chuvas, processos de erosão e desertificação, degradação dos cursos d'água e desequilíbrios climáticos em virtude da ausência de florestas que tem a função de gerar umidade do ar e absorver o calor da atmosfera.

É importante enfatizar que a proporção dos impactos nos latifúndios atinge escala superior aos realizados pelos agricultores camponeses. Enquanto na agricultura camponesa estabelecem uma relação de proximidade e respeito com a natureza, não necessitando de grandes extensões de terra, utiliza-se de poucos serviços mecanizados, a produção é orgânica e orienta-se pelo clima para plantar e colher. Na agricultura capitalista baseia-se na concentração das terras, no desrespeito ao ambiente, privilegia a produção em larga escala, utiliza-se de grandes quantidades de agrotóxicos e tecnologias de mecanização de última geração.

Nora e Sato (2015) compreendem que a ação humana no ambiente gera impactos incalculáveis, basta analisar o número de espécies ameaçada de extinção, as alterações na superfície terrestre que impactam diretamente os ecossistemas, mas há uma situação mais complexa ainda, as alterações na superfície terrestre e a perda da biodiversidade contribuem para a perda de culturas e saberes vinculados aos diferentes grupos sociais que veem seu modo de vida descaracterizado.

A comunidade Zé Alves, diferente da comunidade Laranjal não teve seu modo de vida totalmente descaracterizado pelos constantes desflorestamentos. Em Zé Alves possui acesso à terra e a renda familiar baseia-se entre aqueles que vendem a força de trabalho como assalariados ou mensalistas para os donos dos grandes latifúndios, e aqueles que organizados

em associações realizam a fabricação de rapadura, melado e açúcar mascavo; e o cultivo de raízes, legumes e verduras que são entregues para a cooperativa onde se comercializa.

Por outro lado, a comunidade Laranjal não possui acesso à terra, enquanto aguardam a desapropriação e regularização fundiária são obrigados a vender a força de trabalho para fazendeiros da região, pois, estão impossibilitados de realizar atividades agrícolas para consumo e comercialização, além do extrativismo vegetal do Cumbaru que era um complemento na renda familiar.

[...] só parou porque o fazendeiro mandou desmatar, acabou com todas as árvores do Cumbaru. As pessoas não poderiam fazer nada, ele que é o dono, não podia brigar com ele (Maria do Carmo Moura Ferreira Araújo - Laranjal).

[...] catava onde é a plantação de soja, a soja acabou com todos os Cumbaru, foi derrubado pelo fazendeiro novo que comprou para plantar soja. O outro fazendeiro deixava a gente catar (Valdir Rocha - Laranjal).

Conforme as narrativas, o extrativismo só deixou de ser realizado a partir do momento que a fazenda foi vendida, o novo proprietário passou a não permitir a entrada na fazenda. Enquanto o antigo dono permitia a entrada dos quilombolas para a coleta do Cumbaru, o novo dono, antes mesmo de realizar os desflorestamentos para a introdução dos monocultivos, impediu a entrada na fazenda com a justificativa que a presença de pessoas nas pastagens assustava o gado e que os mesmos poderiam ser atacados. Compreendem ainda que a fazenda é um território privado, e eles nada podem fazer contra o fazendeiro.

Observamos um exemplo de conflito que se instituem por meio de diferentes formas de apropriação, uso e significação atribuída aos elementos naturais territorializados (OLIVEIRA, 2004). Acrescenta ainda que os conflitos se materializam entre sujeitos desiguais, por um lado, no plano da distribuição de poder, onde os diferentes tipos de capital social, econômico e político se constituem como hegemônicos, e por outro, se estabelecem no plano simbólico por meio das representações, crenças e esquemas classificatórios que estruturam e legitimam as ditas relações de poder. Em Laranjal apesar de toda essa situação de violação de direitos, as juventudes evidenciam que não existem conflitos entre quilombolas e fazendeiros.

Não tem conflito não, se for cortar a terra o fazendeiro vai aceitar, porque ele pegou a terra dos outros. Tinha pessoa que tinha terra, foi morrendo e deixando a terra e ele foi cercando (Maria do Carmo Moura Ferreira Araújo - Laranjal).

Antes era tudo do fazendeiro, ele foi dando um pedacinho para cada um morar, nós ficamos espremidos entre as cercas da fazenda (Gonçalo Araujo – Laranjal).

As juventudes negaram a existência de conflitos entre fazendeiros e quilombolas, é notório que existem uma relação desigual entre um grupo com maior poder econômico exercendo a dominação de um grupo com menor poder econômico. Todas essas situações já narradas sobre a história de Laranjal e como sobrevivem atualmente, evidenciam que nesta comunidade os conflitos socioambientais são velados e ocorrem no campo simbólico. As narrativas demonstram uma situação de conformismo diante da realidade.

Portanto, o poder simbólico “[...] é definido por uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que a ele se submetem, sua força residindo na crença produzida e reproduzida no próprio campo em que se estruturam essas relações (VIÉGAS, 2009, p. 150). Para o autor, há uma luta simbólica entre dominante e dominados “[...] cada qual procurando impor sua própria definição de mundo, assim contribuindo para a reprodução social e para reforçar (ou enfraquecer) a crença na legitimidade da dominação de classe” (ibidem, p. 149). No caso desta pesquisa, o fato dos fazendeiros não permitirem a entrada na fazenda, a realização do desflorestamento é um mecanismo encontrado pelos dominantes para enfraquecer a luta quilombola e legitimar seu poder sobre os dominados.

É necessário destacar também que as juventudes quilombolas pouco sabem ou procuram saber sobre a verdadeira história dos seus antepassados. Observamos que mesmo sabendo que estão aguardando o processo de regularização fundiária, nas narrativas expõem que a expropriação do território não ocorreu por meio da violência física e simbólica imposta por jagunços contratados por fazendeiros, para as juventudes os fazendeiros foram cercando o território que é por direito dos quilombolas com a morte de seus donos legítimos. Ressaltamos que em uma sociedade separada por cercas, pode-se dizer que as cercas físicas neste território exercem um poder simbólico sobre os quilombolas.

Nesse sentido, historicamente quilombolas e fazendeiros vivem em conflitos por terra há aproximadamente trinta anos. Consequentemente, os/as moradores/as mais antigos que ainda permanecem no território carregam as marcas da violência física e simbólica, ocasionadas por manobras fraudulentas realizadas por latifundiários para expropriar e ocupar o território que não os pertenciam, obrigando-os a viver espremidos entre as cercas dos latifúndios.

Mesmo que os antepassados tenham sido expropriados do território, as juventudes não procuram saber a verdadeira história de dominação e silenciamento vivenciada nesse território, por isso afirmam que as terras onde atualmente é o quilombo foi doado pelo fazendeiro. Para Moreira (2017, p. 84), a expropriação dos territórios ocasiona “[...] problemas e dificuldades na vida dos/as quilombolas, um deles é o econômico, a baixa renda das famílias incomoda e aflige a população que aguarda a titulação do território com esperança de melhoria na qualidade de vida”.

Acserald (2004) constata que a concentração da posse sobre os bens naturais e de elementos da base material da sociedade, mediante grandes projetos de apropriação do ambiente, produz grandes impactos e efeitos de desestruturação nos ecossistemas e na vida das populações do campo que são deslocadas e concentradas em áreas exíguas como é o caso da comunidade Laranjal. A intensidade e o ritmo acelerado da introdução da monocultura provocam danos na biodiversidade, na disponibilidade de água potável, poluição do solo e do ar, desertificação, erosão e desflorestamentos. Nas comunidades pesquisadas além dos desmatamentos, as queimadas são enarradas como causas propulsoras de conflitos.

Percebo muitas queimavam, muitas queimadas lá próximo do morro e acabava atingindo aqui. Isso tem afetado a vida da comunidade, quando a queimada vinha já estava tudo plantado aí queimava tudo, acabava com a plantação (Creuza Cardoso de Oliveira - Zé Alves).

Aqui tem queimadas só para fazer roça (Nilce de Souza Magalhães - Laranjal).

Impactos socioambientais decorrentes das práticas de queimadas e desmatamentos sempre fizeram parte dos processos de uso e ocupação territorial deste estado (JABER-SILVA, 2012). As queimadas são praticadas por latifundiários tendo como objetivo aumentar as áreas de monocultivos; por agricultores camponeses no preparo da terra com pouca mão de obra, aumentar a capacidade produtiva, diminuir a presença de pragas; além da queima do lixo doméstico realizada pelos/as moradores/as, uma vez que não possui coleta seletiva de lixo no campo.

As queimadas afetam diretamente a vida dos/as moradores/as, pois provocam doenças e problemas respiratórios nas populações locais, além da perda da biodiversidade, poluição do ar, desequilíbrio na fauna e na flora, aumento da erosão nas áreas queimadas, aumento de calor, degradação do solo e da vegetação, e contribui com as mudanças climáticas. Tanto as queimadas de grandes extensões realizadas pelos donos dos latifúndios,

como os de pequenas extensões realizados pelos agricultores familiares são práticas criminosas que afetam as diversas formas de vida existentes nos territórios, e contribuem significativamente para o agravamento das mudanças do clima.

Para Tamaio (2013) as queimadas e os desmatamentos são os maiores responsáveis pelo agravamento das mudanças climáticas. Embora as mudanças climáticas sejam visíveis e seus efeitos já sejam sentidos pela humanidade, não afetarão a todos igualmente, grupos sociais como indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros e grupos sociais em situação de vulnerabilidade econômica serão os mais atingidos. Além disso, “[...] os atores sociais que são geralmente mais vulneráveis a esses eventos são aqueles que menos contribuem para a mudança do clima” (MILANEZ; FONSECA, 2011, p. 01), são os mais atingidos por impactos provocados pelas ações de destruição realizadas no ambiente.

Nesse contexto, de desigualdades e injustiças, os conflitos se escondem por trás de inúmeros impactos socioambientais, isso se torna evidente ao observar as narrativas em relação aos problemas envolvendo a água.

Aqui tinha um rio, só que o fazendeiro cercou com uma barreira, não enche mais (Jaime Santana Filho - Zé Alves).

O córrego Formiga faz tempo que ele não enche, veio um fazendeiro para cá e começou a fechar a nascente lá em cima, desmataram a uns seis anos atrás, entupiram a nascente, difícil dar uma cheia no corgo, faz uns seis ou sete anos que não enche mais. Hoje não tem mais peixe, o peixe que a comunidade consome é de tanque mesmo, o desmatamento afetou a nascente. A comunidade nunca foi em se envolver em conflito com os fazendeiros e deixou como está (Élio Martins - Zé Alves).

[...] nos últimos anos tinha dois corgos aqui, que nessa época estava cheio, você até ouvia o barulho da cachoeirinha no meio do mato que trazia água até na comunidade. Eu acho que através do desmatamento, degradação do meio ambiente. Os fazendeiros acabaram entupindo a nascente, acho que essa questão da água é o que mais pegou aqui. Antigamente você falava vamos tomar um banho ali no rio tinha, hoje não tem mais. Lembro que nós pescávamos e pegávamos muito peixe. As ações do fazendeiro acabaram afetando, porque quando você perde a água é porque não tem nascente [...]. Na época que não tinha esse poço aí fazia cacimba dentro dos corgos e a água era boa, não é como essa salobra (Edmar Viana Pereira - Zé Alves).

Na percepção das juventudes, o represamento dos rios e córregos nas proximidades da comunidade realizadas por fazendeiros ocasiona impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos. O avanço da fronteira agrícola para a área de transição entre o Cerrado e o Pantanal contribuem para o desequilíbrio ecológico vivenciado nessas comunidades. Porto-

Gonçalves (2016) diz que no Cerrado onde reina o modelo agrário-agrícola se encontra as maiores reservas hídricas do país, é nesta região que nascem importantes rios e partem para diferentes bacias hidrográficas brasileiras. Nesse sentido, o autor considera que conflitos intensos envolvendo a água se tornaram comuns.

As narrativas evidenciam que o fechamento da nascente do córrego Formiga somado aos desmatamentos, degradações e assoreamentos realizados pelas constantes ações dos fazendeiros e arrendatários das terras para o cultivo da cana de açúcar, afetam diretamente a vida dos moradores. Podemos dizer que os impactos nos rios e córregos impossibilita o acesso a água de boa qualidade, afeta ainda a soberania alimentar seja por meio da pesca, plantações de roças e a criação de animais. Porto-Gonçalves (2016, p. 161) considera que esse modelo econômico “[...] alimentado por um modo de produção que o estímulo a acumular riqueza virtual – dinheiro – pondo com isso em risco a riqueza da água, da terra, do solo, da vida, na sua concretude”.

Na percepção das juventudes, antes das degradações e contaminações dos córregos e rios em Zé Alves, a água consumida vinha das cacimbas construídas pelos próprios moradores/as, com o avanço desse modelo agrário agrícola foram obrigados a construir um poço artesiano para atender a demanda da comunidade. A água do poço artesiano é salobra e inapropriada para o consumo, afirmam que a utilizam somente para a higiene pessoal, afazeres domésticos, para molhar as plantas e para dar aos animais, para cozinhar e beber precisam buscar nas comunidades vizinhas ou comprar galões no município de Poconé.

O córrego Formiga, sendo um dos principais existentes em Zé Alves encontra-se totalmente degradado e assoreado pelas constantes ações antrópicas realizadas em seu curso para atender aos interesses do agronegócio. A grande quantidade de água utilizada pelo agronegócio deve ser repensada, uma vez que produtores de commodities produzem apenas para a exportação, e o alimento que chega na mesa das famílias brasileiras são produzidos principalmente pela agricultura camponesa que não necessita de grande quantidade de água para a sua produção, diferente do agronegócio (AMORIM, 2017). Assim, quando questionado se essas ações ocasionaram conflitos, respectivamente ressaltam:

A comunidade nunca foi em se envolver em conflito com os fazendeiros e deixou como está (Élio Martins - Zé Alves).

Com o pessoal da usina não teve conflito não, só nós que ficamos prejudicado. Na época eles chegaram ai e foram fazendo com maquinários, com aquele trator de esteira, foi descendo e empurrando tudo, veio com os tratores e agora tá sendo prejudicial para nós. Não teve esse diálogo não, nossos pais que eram os líderes [...] (Jaime Santana Filho - Zé Alves).

A usina Álcool do Pantanal Ltda. (ALCOPAN) evidenciada pelos jovens foi instalada na década de 1970 no distrito de Chumbo (Comunidade Quilombola), e iniciou-se com a introdução da monocultura de cana-de-açúcar em uma área de 6 mil hectares, esse empreendimento reforçou a vulnerabilidade que as comunidades vizinhas estão expostas, reforçando ainda mais as interferências de pessoas com maior poder aquisitivo, a violência e a exploração da mão de obra (ALMEIDA, 2015). Esse empreendimento foi fechado em 2012 pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) acusado de manter 20 trabalhadores em condições análogas à escravidão¹, ademais foi responsável por impactos sociais, ambientais e econômicos que alterou e altera o modo de vida das comunidades.

Em Zé Alves é perceptível os impactos desse empreendimento ainda hoje na vida desses/as moradores/as, principalmente envolvendo o acesso à água. Nesse cenário, Jaber-Silva (2012, p. 134) assegura que “o uso das águas gera conflitos em razão da multiplicidade de valores e finalidades conferidas a este elemento”. Comumente, as juventudes de Zé Alves e Laranjal diante desse modelo economicista de desenvolvimento, que desrespeitam e alteram as diferentes formas de vida existentes nos territórios, que ocasionam impactos e injustiças socioambientais, além de outras ameaças asseguram que não se envolveram e envolvem em conflitos com os fazendeiros.

Em relação aos conflitos em torno da água, Fernandes (2015) afirma que estão relacionados principalmente à promiscuidade entre o Estado e a capital, a qual acontece basicamente, de dois modos. Primeiro o Estado é burguês e capitalista, por isso seu planejamento está voltado apenas para as demandas capitalistas e estão condicionados a defender os interesses da classe dominante; segundo é a promiscuidade em que o Estado capitalista cria mecanismos necessários para a realização de seu interesse. “Desta união promíscua é que se originam situações de corrupção, omissão, conivência, impunidade,

¹ Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2012/08/justica-decreta-falencia-da-alcopan-apos-mpt-denunciar-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

covardia, degradação da natureza, intimidações, ameaças, assassinatos chegando até à extinção de povos inteiros” (FERNANDES, 2015, p. 115).

Neste contexto, Amorim (2017) destaca que a água é extremamente importante para a sobrevivência dos seres vivos, a água é considerada valorosa em diversos aspectos, por isso vem se tornando um elemento de disputas, podendo ocasionar inúmeros conflitos. Para Fernandes (2015), 70% da água potável vão para o agronegócio e apenas 4% para o consumo humano, o agronegócio a esbanja à vontade na produção de mercadorias para acumulação de capital, em contrapartida diversas pessoas não têm água para beber e muitos camponeses não têm acesso para regar as hortas caseiras, estima-se ainda que mais de 1 bilhão de pessoas são privadas do acesso a água apropriada para o consumo. No quilombo, impactos envolvendo as nascentes, os córregos e os rios têm se intensificado principalmente pelas ações antrópicas direta ao ambiente.

Sempre teve pouco rio, mas está na terra do fazendeiro. Antes enchia bastante, alagava mesmo até na estrada, ficava totalmente alagado, hoje em dia não enche mais como antigamente, acho que hoje isso não ocorre mais por causa do impacto ambiental que foi acontecendo, o desmatamento, o veneno, foi destruindo bastante pela ação humana (Valdir Rocha - Laranjal).

Rio pequeno sim, agora rio grande só dentro da fazenda, da propriedade dos outros. Os córregos aqui secaram quase todos, secou por falta de chuva e pelo desmatamento. Na comunidade agora tem o poço, antes era cacimba, trazia água na cabeça. O poço não atende todo mundo, só que um pessoal lá de cima não queria colaborar com a energia, cortou a água. Agora eles fizeram um poço lá, queria usar e não queria pagar (Maria do Carmo Moura Ferreira Araújo - Laranjal).

Rio nunca teve não, teve tanque. Tem uns corguinhos pequenos que seca, acho que é por falta de chuva, pelo clima (Gonçalo Araujo - Laranjal).

Apesar da existência da grande quantidade de nascentes, córregos e rios, as ações empreendidas pelo agronegócio nesta região contribuem para o aumento da degradação, assoreamentos, poluição das águas pelo uso de agrotóxicos. Os/as moradores/as de Laranjal, assim como de Zé Alves já estão sendo atingidos pela ausência de rios e córregos com água de boa qualidade no território. Aqueles que ainda resistem aos desmatamentos, degradações e assoreamentos nos cursos d'água promovidos principalmente por atividades econômicas como a pecuária e monoculturas encontram-se restritos nas propriedades particulares dos fazendeiros. Porto-Gonçalves (2016) argumenta que a água não pode ser tratada de modo

isolado como se fosse um problema de especialistas, a água necessita ser pensada urgentemente enquanto território.

A água como um elemento que integra o meio ambiente natural indispensável para a vida, não pode ser compreendida como um bem privado, mas um “bem de uso comum do povo”, conforme explícito no Art. 225º da Constituição Federal de 1988. Assim, não pode ser qualificado como um bem que pertença a uma pessoa física, no caso desta pesquisa, os donos dos latifúndios, mas um bem pertencente a uma coletividade. Em Laranjal, as juventudes descrevem que em virtude dos impactos ambientais e da poluição por agrotóxicos nos rios e córregos, tiveram que deixar de utilizar a água da cacimba que era trazida na cabeça a longas distâncias e construíram poço artesiano para atender aproximadamente 60 famílias. A comunidade se divide entre Laranjal da beira da estrada e Laranjal do fundo, porém nem todas as famílias têm acesso a água do poço, o poço foi construído em uma área baixa da comunidade e a grande maioria dos/as moradores/as possuem suas residências na parte alta.

O poço acaba gerando conflitos entre quilombolas e quilombolas. Os conflitos ocorrem porque aqueles que não tem acesso se recusam efetuar o pagamento da energia consumida mensalmente. Conflitos envolvendo a água têm aumentado nos últimos anos, conforme dados divulgados pela CPT em 2015 foram registrados: “[...] três pessoas receberam ameaças de morte, cinco sofreram tentativa de assassinato, duas foram assassinadas, outras 41 sofreram intimidações, duas foram agredidas, uma foi ferida, outra sofreu danos materiais, três morreram em consequência de conflitos” (FERNANDES, 2015, p. 115).

Nesse universo investigativo, podemos relacionar ao conflito água o uso abusivo de agrotóxicos que também é uma causa propulsora de conflitos, as juventudes afirmam que sua intensa utilização nas pastagens e nas monoculturas colocam em risco a vida dos/as moradores/as. Segundo o Dossiê ABRASCO, os impactos dos agrotóxicos na saúde são compreendidos como armas mortíferas de uma guerra não declarada, das quais as vítimas humanas e não humanas “[...] são ocultadas por uma ciência cerceada por interesses econômicos ou justificadas por esta mesma ciência como efeitos colaterais do emprego de uma tecnologia apresentada como indispensável” (CARNEIRO et al. 2015, p. 27) para controlar as doenças, produzir em menor espaço de tempo, aumentar a produtividade

voltadas para a exportação de commodities. Pode ser considerado também como uma tática criminosa utilizada para pressionar os povos do campo, das florestas e das águas a deixarem as áreas em disputas, transformando os venenos em arma de guerra química nas mãos de pessoas inescrupulosas (PORTO; ROCHA; PACHECO, 2015).

[...] veneno, muito veneno. Antigamente não afetava muito, mas já começou. O veneno que eles batem no pasto com o vento vem para a comunidade e as pessoas fica passando mal. Muita dor de cabeça. Ninguém nunca foi falar com o fazendeiro, eu acho que é medo. Os fazendeiros, aqueles que tem dinheiro não estão nem ai com a vida dos pobres que está ao redor da comunidade. Agora o que manda é o dinheiro (Maria do Carmo Moura Ferreira Araújo - Laranjal).

O trecho da narrativa evidencia a situação de injustiça provocada pela intensa utilização de agrotóxicos. Primeiro será enfatizada a relação entre quilombolas e fazendeiros que a princípio pode ser considerada como pacífica, já que os fazendeiros sempre ajudaram e ajudam os/as moradores/as da comunidade, seja por meio das doações feitas para a escola ou oportunizando que trabalhem na fazenda como diaristas ou mensalistas. No entanto, ao relatar sobre o uso abusivo de agrotóxicos, fica evidente que o medo do fazendeiro faz com que prefiram aceitar essa situação.

Compreendemos que essa situação desvela uma relação de amizade mascarada pelo medo, pois como destaca a jovem quilombola, o poder que se materializa na concentração de riqueza está centrado nas mãos de uma parcela mínima da sociedade extremamente opressora. Na concepção de Freire (2014, p. 41), a nossa história foi tecida pela exploração, opressão e dominação, assim, “os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se” [...] ações de injustiças. Diante desses que oprimem, exploram e violentam, Freire (2014) destaca que os oprimidos ao buscarem sua humanidade roubada não devem se tornar opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos.

A violação de direitos individuais e coletivos provocados pela utilização abusiva de agrotóxicos nas pastagens da fazenda tende a se intensificar, uma vez que pastagens e gigantescas áreas de matas estão sendo desmatadas e convertidas em latifúndios de monocultivos, afetando diretamente o meio ambiente com sua biodiversidade e a vida dos moradores existente neste território. Colocam em situação de vulnerabilidade trabalhadores/as que muitas vezes não utilizam equipamentos de segurança individual para

o manuseio de agrotóxicos, e não possuem conhecimento para desenvolver atividades dessa natureza. Em Zé Alves a realidade é totalmente diferente de Laranjal, os monocultivos encontram-se distante.

Tem o pessoal da soja, mas está longe de nós, tá lá no Chumbo ainda, dá uns 20 km até lá. Acredito que aqui por ser uma região de pé de Serra, eles não vão vir plantar aqui. O veneno não vai chegar aqui não, é mais para o lado e Poconé (Edmar Viana Pereira - Zé Alves).

A introdução da monocultura acho que não chega de afetar, porque as fazendas mais próximas é moro e tem uma área que alaga, então eles não plantam. Só se eles fizerem um aterro muito forte (Élio Marins - Zé Alves).

Para as juventudes, a presença de serras na região impossibilita que essas atividades sejam realizadas nas proximidades da comunidade Zé Alves, aparentemente estão livres da contaminação por agrotóxicos. No entanto, para que ocorra a contaminação não é necessário que as monoculturas estejam próximas, uma vez que os venenos são transportados pelo ar e pelos rios a longas distâncias, tornando-se assim uma das principais causas propulsoras de conflitos. Segundo Porto (2013, p. 139), “a expansão dos monocultivos e do agronegócio de exportação tem sido responsável por inúmeros impactos socioambientais e de saúde pública que se encontram por trás dos numerosos conflitos ambientais no campo”.

Ao verificar os dados divulgados pela CPT podemos observar que conflitos envolvendo agrotóxicos são registrados desde 1980, a partir de 1985 até 2014. O número de vítimas de contaminação por agrotóxicos cresceu mais de 300%, passaram de 15 no período de 1985 a 1989, para 63 casos no período de 2000 a 2014, tais dados mostram que o número de famílias afetadas cresceu 10% no mesmo período, passando de 3.775 famílias na década de 1980 para 4.189 nas primeiras décadas do século XXI. Os dados mostram ainda que mais de 60% das ocorrências estão relacionadas com as disputas por terra e território envolvendo trabalhadores rurais, arrendatários, camponeses e povos indígenas. Em 2015, registrou-se 23 casos, sendo 12 no contexto de conflitos por terra, 8 relacionados à água, 3 trabalhistas e 4.267 famílias afetadas (PORTO; ROCHA; PACHECO, 2015).

Notadamente, as transformações das imensas matas em monocultivos, a conversão dos bens naturais em recursos, a ganância pela produção em larga escala em conjunto com a violência física e simbólica dos grupos nos territórios, contribui significativamente para que essa realidade no campo se intensifique constantemente. Pouco a pouco, as paisagens do

Cerrado do Pantanal são transformadas em grandes extensões de monoculturas, que são exportadas principalmente para a China, que é o maior comprador da soja brasileira.

Onde tem a soja o agrotóxico é forte, é um processo de mais de 20 anos para você conseguir limpar a terra, isso é prejudicial aqui. A soja é um câncer que chegou aqui, não é legal, porque a lei proibi no Pantanal, só que a SEMA bate palma, o ICMBio não viu nada e não sabe de nada, os órgãos que é para nos ajudar a enfrentar e não deixar acontecer são os que permitem, infelizmente o poder do capitalismo está falando mais alto. A APROSOJA junto com a FAMATO ponha a SEMA e o ICMBio no bolso, nós vamos fazer o que? jovens (Jaime Santana Filho - Zé Alves).

Lá no Pantanal não pode plantar soja, acho que o município não fiscaliza e aqueles que é para fiscalizar é reembolsado, deixa rolar solto (Valdir Rocha - Laranjal).

Na compreensão das juventudes de Zé Alves e Laranjal, o uso de agrotóxicos representa um câncer na vida de todos/as os/as moradores/as. Nas narrativas denunciam os órgãos ambientais fiscalizadores que nada têm feito para controlar a utilização de agrotóxicos nas proximidades das comunidades pesquisadas, os jovens juntamente com seus familiares sofrem diariamente com o cheiro do veneno, isso fica evidente quando relatam que já tiveram sintomas como vômito, dores de cabeça e dores no estômago.

Na percepção das juventudes, muitas vezes esses órgãos acabam recebendo propina para não fiscalizar essas atividades que colocam em risco a vida dos seres humanos. Embora pareça estranho, injustiças socioambientais são concebidas por “[...] atividades econômicas quanto pela forma como o Estado deixa de proteger as populações, sejam as atuais ou as gerações futuras diante de políticas públicas e práticas institucionais que favoreçam a geração de injustiças” (PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013, p. 55).

Observamos dois grupos geradores de injustiças, o primeiro pertencente às atividades econômicas predatórias desenvolvidas que desprezam o valor da vida humana e não humana, responsáveis por impactos e conflitos. O segundo refere-se à omissão, conivência e ausência de atuação do poder público e entidades governamentais, inclusive o judiciário e/ou ministérios e defensorias públicas em desenvolver ações efetivas de fiscalização diante de atividades que colocam em risco a vida da população (PORTO, PACHECO, 2009; PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013). Infelizmente a combinação entre a retirada da cobertura vegetal nativa somada ao uso de agrotóxicos tem impossibilitado a existência de qualquer forma de vida nesse território. As narrativas evidenciam essas situações de

injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desigual e desumana sobre os quilombolas e outros grupos presentes nesta região.

Os meninos estão na mesma área do meu pai batendo veneno, eu acho muito ruim o veneno. Onde está batendo o veneno o cheiro vem nas pessoas vizinhas que está perto do pasto, hoje mesmo veio o cheiro, quando eles estão para o outro do pasto não chega aqui, mas vai para outra pessoa. Aqui nessa fazenda não mexe com soja, só na outra para lá. Agora a gente não está sentindo, mas com certeza a gente vai sentir alguma coisa, porque esse veneno não faz bem. Hoje eu estava passando mal, porque o cheiro é muito forte. Meu pai trabalha na fazenda batendo veneno, eu conversei com ele e falo que o veneno não é certo, só que não tem outro meio de trabalho, para sobreviver ele tem que fazer isso. Hoje na hora que começou bater o veneno eu comecei a passar mal, mas só na hora mesmo (Ireni da Silva Castro - Laranjal).

O veneno prejudica as pessoas, mas não tem outro serviço, tenho obrigação de passar (Gonçalo Araujo - Laranjal).

Em um cenário marcado pela pobreza, distribuição de renda desigual e ausência de emprego, uma jovem narra como é difícil saber que seu próprio pai juntamente com outros jovens precisam trabalhar na fazenda aspergindo veneno nas plantas e insetos das pastagens para sobreviver, enquanto ela está em casa passando mal com o cheiro.

Nesta pesquisa constatamos que muitos acabam se sujeitando aos objetivos dos empreendimentos ligados ao agronegócio que avança sobre as comunidades do campo, explorando, subjugando e eliminando os grupos sociais dos territórios. Isso ocorre em virtude da ausência de trabalho e terra para plantar, as juventudes quilombolas por falta de políticas públicas são obrigados a venderem sua força de trabalho como mensalistas ou diaristas por míseros salários para os donos dos latifúndios, que utilizaram da violência física e simbólica há aproximadamente trinta anos para ocupar ilegalmente o território que pertenciam aos seus antepassados, fato histórico pouco conhecido e relatado pelas juventudes.

[...] falta o poder público dar ajuda mais e um pouco de terra para estar produzindo, lá não tem terra [...]. O INCRA agora está vendo aquelas terras que era dos antepassados que morava lá, dos parentes para voltar as terras de novo, para as pessoas trabalhar no seu lugar, no lugar da gente [...] (Valdir Rocha - Laranjal).

A morosidade na regularização fundiária acrescida a ausência de políticas públicas específicas para os jovens contribui significativamente para a precarização das condições de vida no quilombo. Para Molina (2015), a impossibilidade do acesso à terra, a ausência de

políticas públicas que lhes garantam condições mínimas de sobrevivência nos territórios de origem, pressionam a continuarem rotas de migração em busca de espaço para sua reprodução material. Muitos permanecem na comunidade com seus sonhos de vida, outros ainda vivem o dilema entre ficar ou sair para estudar e trabalhar, realidade essa vivenciada na grande maioria das comunidades do campo.

Em relação aos programas voltados para os jovens do campo, Freire e Castro (2010) afirmam que existem dezenove programas, porém apenas três estão vinculados à realidade da juventude camponesa, entre eles o Programa Nossa Primeira Terra, o Programa Pronaf Jovem e o Programa Saberes da Terra. Na comunidade Laranjal o processo de expropriação vivenciada e a burocracia na regularização fundiária impossibilita que tenham acesso a esses programas para que possam cultivar a terra e produzir o necessário para a soberania alimentar.

Em relação às políticas educacionais, Faria e Alves (2015) afirmam que a maioria são fomentadas pelo Governo Federal e estão articuladas ao Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), incluindo formação profissional (Pronatec Campo), Educação de Jovens e Adultos e Formação de Professores. Porém, apesar da existência desses programas, na comunidade Laranjal ainda não tiveram acesso, enfrentam grandes barreiras para alcançar níveis mais elevados de escolarização.

Essa situação torna-se ainda mais cruel quando pesquisas já desenvolvidas afirmam que não há nenhuma terra de quilombo devidamente titulada no estado de Mato Grosso, em sua grande maioria enfrentando longos conflitos, principalmente envolvendo as disputas pelos territórios e na luta pelo reconhecimento de seus direitos (SILVA, 2011; MOREIRA, 2017).

A política do capitalismo quer que nós desocupe o campo, ele quer que o grande fazendeiro venha arrematando tudo e vira isso aqui em soja, em gado branco, ele não quer ver ninguém produzindo 10 ou 12 variedades de produtos na pequena propriedade, até mesmo porque ele tem certeza que é esse produto que vai para mesa dele. Ele vai comer uma mandioca, uma alface é do agricultor familiar (Jaime Santana - Zé Alves).

Antes a gente vivia da terra, com esses problemas não dá mais, tudo relacionadas a esses impactos. O veneno afeta as plantações e as pessoas. Nós comemos alimento contaminado pelo veneno (Abner José da Costa - Laranjal).

Com o avanço dos monocultivos em direção as comunidades Zé Alves e Laranjal, as juventudes estão cada vez mais vulneráveis.

Algumas considerações da pesquisa

Buscamos compreender por meio das percepções das juventudes de Zé Alves e Laranjal os conflitos socioambientais existentes nesse território. Todavia, para melhor entender a realidade pesquisada, primeiro foi necessário realizar mapeamentos participativos com as comunidades inseridas no Cerrado Pantanal, participaram 11 comunidades, sendo: 7 tradicionais, 1 quilombola e 3 assentamentos. Foram registradas seis causas propulsoras de conflitos: disputa por terra, desmatamentos, queimadas, garimpo, disputa por água e uso de agrotóxicos que ocorrem principalmente entre quilombolas e fazendeiros; assentados e fazendeiros; povos tradicionais e fazendeiros; e entre quilombolas e quilombolas.

Os grupos presentes neste território se dividem principalmente entre extrativistas e agricultores familiares camponeses que possuem identidade, cultura, costumes e um modo muito particular de se relacionar com o ambiente, diferente dos latifundiários que transformam os bens naturais (água, solo, fauna, flora, entre outros) em recursos para atender aos interesses capitalistas. Com a exploração contínua dos bens naturais pela pecuária extensiva somado ao avanço das monoculturas tem ocasionado impactos culturais, sociais, ambientais e climáticos indesejáveis, influenciando diretamente a vida dos grupos presente nos territórios, provocando injustiças e conflitos socioambientais entre os grupos que possuem modos diferentes de se relacionar com o ambiente. Destarte, os conflitos mapeados foram considerados tanto no campo material como no campo simbólico.

Na compreensão de Jaber-Silva (2012, p. 68), o macrocosmo deste estado é composto por um espaço de descontinuidades e contradições, ou seja, “de um lado, uma natureza de complexa biodiversidade, composta por um mosaico de ricos biomas, somado a uma diversidade imensa de comunidades e de povos que vivem em múltiplos espaços”. E do outro lado, geralmente separados apenas pelas cercas “[...] gigantescas áreas de pecuária, de monoculturas de soja e de algodão, de usinas hidrelétricas e de outras atividades impactantes, algumas vezes, desenvolvidas sem amparo legal e, em sua maioria, sem o compromisso ético socioambiental necessário” (p. 68). Essa realidade pode ser observada nas comunidades inseridas no Cerrado do Pantanal, de um lado grandes extensões de monoculturas que

ocupam agressivamente os espaços naturais, e do outro, comunidades tradicionais, povos quilombolas e assentados que permanecem nos territórios tentando coexistir com as monoculturas, mantendo formas de plantar/colher baseada no cuidado com o ambiente.

Posteriormente, com um olhar mais aproximado de Zé Alves e Laranjal buscou-se compreender as percepções das juventudes sobre a realidade vivenciada nos territórios. As juventudes das duas comunidades apesar de enfrentarem e possuírem realidades distintas nos territórios, compreendem que o avanço das monoculturas provoca impactos que alteram diretamente o ambiente, a vida, a cultura e a economia dos grupos locais que sobrevivem basicamente do contato direto com a natureza, além de danos prejudiciais à saúde dos extrativistas e agricultores familiares camponeses que mesmo não estando diretamente em contato com os agrotóxicos recebem danos diariamente. Para eles, essas atividades também são responsáveis pelo assoreamento e contaminação dos mananciais hídricos como: nascentes, rios, riachos e lagoas; contaminação do solo, do ar, do lençol freático; destruição dos ecossistemas terrestres e aquáticos; erosão e desertificação do solo; perda da biodiversidade local e a destruição das matas nativas.

As narrativas das juventudes apesar de evidenciarem cinco causas geradoras de conflitos, há aqueles que desconsideram a existência de conflitos. Em Laranjal os conflitos por terra ocorrem há aproximadamente 30 anos, apesar de aguardarem com seus familiares a desapropriação e regularização fundiária para que possam ter legalmente o direito de uso sobre o território, insistem em afirmar que não existe conflitos entre quilombolas e fazendeiros. Todavia, entende-se que é nos conflitos por terras que estão as raízes dos demais conflitos registrados no campo.

Consideramos que esse posicionamento adotado pelas juventudes está relacionado principalmente ao fato da ausência de trabalho, assim, são obrigados a silenciarem e venderem sua força de trabalho como mensalistas ou diaristas por míseros salários para os donos dos latifúndios, esses utilizaram da violência física e simbólica para expropriar dos territórios por direitos seus ancestrais. A eles, também são negados acesso as necessidades básicas asseguradas pela Constituição Federal de 1988 como à moradia, água potável, saneamento básico, saúde, educação, áreas produtivas, regularização fundiária, dentre outros, esse descaso contribui para a precariedade das condições e qualidade de vida no território.

Peasant Youth: perceptions about social and environmental conflicts of the traditional community Zé Alves and the quilombo Laranjal in the municipality of Poconé-Mato Grosso.

Abstract: Socio-environmental conflicts are the result of unequal disputes between vulnerable social groups that have their culture, identity and territory threatened by dominant groups, especially agribusiness, which transform natural assets into resources to meet the economic logic, based on productivism and consumerism. The objective of this research was to identify the perceptions of peasant youths about social and environmental conflicts in the traditional community Nossa Senhora de Lurdes (known as Zé Alves) and the remaining community of Quilombo Laranjal, both located in the municipality of Poconé-Mato Grosso. The investigative proposition was based on the qualitative method, having as methodological tactics the Social Map that sought to highlight the invisible groups and the socio-environmental injustices that turn into conflicts as resistance and mobilization are established in the territories.

Keywords: Peasant Youth. Rural Communities. Socio-environmental Conflicts.

Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José A. Justiça Ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.

AMORIM, Priscilla M. de. Latas d'água nas cabeças: percepções sobre natureza e cultura na escola e na Comunidade quilombola de Mata Cavalo. 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

BRANDÃO, Carlos R. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho educativo. São Paulo: Cortez, 2003.

CARNEIRO, Fernando Ferreira, et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FARIA, Ivan; ALVES, Aline N. A emergência da questão quilombola e a educação da juventude do campo. In: LEÃO, Geralda; ANTUNES-ROCHA, Maria I. (Orgs). Juventudes do campo. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FERNANDES, Antônio Claret. A dança dos números nos conflitos pela água. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia R. da S.; ANDRADE, Thiago V. P. (Orgs.). Conflitos no Campo – Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; CASTRO, Edna M. R. Políticas públicas, juventude e Educação para a sustentabilidade: Saberes da terra em foco. In: MOLINA, Mônica Castagna

(Org.). Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010 - (Série NEAD Debate; 20).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JABER-SILVA, Michelle. O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência. 2012. 253f. Tese (Doutorado e Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

LITTLE, Paul. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LITTLE, Paul. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no BRASIL. Terceiro Incluído, v. 1, n. 2, 2011.

MINAYO, Maria C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOLINA, Mônica C. Prefácio. In: LEÃO, Geralda; ANTUNES-ROCHA, Maria I. (Orgs.). Juventudes do campo. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MOREIRA, Déborah L. Território, luta e educação: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Cavalo. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

NORA, Giseli D.; SATO, Michèle. Água e Vento são meio sustento: aspectos teórico-conceituais a serem considerados na pesquisa em Educação Ambiental e mudanças climáticas. Revista ambientalMentesustentable, v. 2, n. 20, 2015.

OLIVEIRA, Sonia. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004.

PACHECO, Tania; PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo. Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PORTO, Marcelo F. Injustiça Ambiental no Campo e nas Cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas. In: PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. *Tempus: Actas em Saúde Coletiva*, v. 4, n. 4, p. 26-37. 2009.

PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da; PACHECO, Tânia. Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia R. da S.; ANDRADE, Thiago V. P. (Orgs.). *Conflitos no Campo – Brasil 2015*. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

PORTO-GONÇALVEZ, Carlos W. et al. Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia R. da S.; ANDRADE, Thiago V. P. (Orgs.). *Conflitos no Campo – Brasil 2016*. Goiânia: CPT Nacional, 2016.

SILVA, Regina A. da. *Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil*. 2011. 221f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TAMAIIO, Irineu. *Educação ambiental & mudanças climáticas*. Brasília: DEA-MMA, 2013.

VIÉGAS, Rodrigo N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 19, p. 145-157, 2009.